



**Poder Judiciário da Paraíba
7ª Vara Cível da Capital**

ACÇÃO CIVIL PÚBLICA (65) 0811180-07.2017.8.15.2001

DECISÃO

Vistos etc.

O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL DA PARAÍBA ajuizou a presente **Ação Civil Pública com pedido de tutela de urgência**, em face de **GEAP – FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL**, alegando, em apertada síntese, que a ré vem negando aos seus beneficiários o fornecimento do medicamento “ACLASTA” para o tratamento da Osteopose Severa, como é o caso apurado em Inquérito Civil Público, da associada, Maria de Lourdes de Oliveira. Assim, agindo em defesa dos Direitos Difusos e coletivos pugna a este Juízo, pede em sede de tutela de urgência a imediata liberação dos medicamentos para tratamento dos seus associados, quando tiver expressa indicação médica para o tratamento da **“Osteopose Severa”**.

Juntou os documentos que comprovam a verossimilhança do seu pedido, inclusive, negativa apurada através de Inquérito Civil Público.

É O BREVE RELATO.

DECIDO.

Numa análise superficial do pedido autoral de urgência, entendo que a medida deve ser concedida à luz do direito constitucional à saúde e a vida em plenitude, já que a finalidade da participação de seus cooperadores ou beneficiários é de obter da ré a devida contraprestação dos serviços de saúde a que se propõe.

Ademais, o pedido de urgência é específico, pois se dá sobre necessidade do fornecimento de um determinado medicamento, “aclasta”, indispensável ao tratamento da **Osteopose Severa**, cujo fornecimento ocorrerá mediante estrita indicação médica, como alegado.

A tutela de urgência, neste caso, entendo trata-se, *prima facie*, de uma medida assecuratória do direito à saúde e a vida, já que se presume de seus associados não ter condições para usufruir de um plano de saúde empresarial e mercantil, de modo que nos termos do art. 300 do CPC deve ser concedida a medida de urgência, que passo a analisar sob os seguintes fundamentos.

Para a concessão das medidas de urgência devem concorrer os requisitos legalmente previstos, quais sejam, a relevância do fundamento (*fumus boni iuris*) e o perigo da demora (*periculum in mora*), salientando-se que deverão estar presentes simultaneamente.

Com efeito, para acolhimento dessa pretensão, mister se faz que alguns elementos estejam consubstanciados, quais sejam: a **prova inequívoca**, a **verossimilhança das alegações** e que haja **fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação**.

Não há dúvida quanto a existência do iminente risco de dano e perda do resultado útil do processo, posto que a demora e o tempo poderão trazer prejuízos e sequelas àqueles que necessitam do medicamento acima, com graves e imprevisíveis danos à saúde e a vida.

Nelson Nery Júnior e Rosa Maria Andrade Nery, *in Código de Processo Civil Comentado*, São Paulo, RT, com propriedade certificam que “é o material probatório fornecido com a postulação de ‘tutela urgente’ que vai indicar da evidência do direito. Exige-se prova inequívoca, ou seja, a prova fato título do pedido ou causa de pedir”.

A **prova inequívoca**, nos termos de Humberto Theodoro Júnior¹, assim entendida como aquela que é “*clara, evidente, que apresenta grau de convencimento tal que a seu respeito não se possa levantar dúvida razoável*”, está configurada, consoante se denota do apurado no Inquérito Civil, cuja negativa da ré aos seus beneficiários, como é o caso da Sra. Maria de Lourdes de Oliveira, a primeira vista, é manifestamente ilegal.

No tocante ao **fundado receio de dano irreparável ou difícil reparação**, resta, pois, igualmente comprovado, diante da constatação da necessidade da intervenção na maior brevidade possível, em razão da doença que acomete a Sra. Maria de Lourdes de Oliveira e, posteriormente àqueles beneficiários que tiverem indicação médica para esse tratamento, podendo vir a sofrer danos irreparáveis à sua saúde, objeto de tutela pelos direitos fundamentais da pessoa, estes consagrados no corpo de nossa Constituição, sendo despiendo suas transcrições.

Ademais, entendo que se o plano de saúde do qual o requerente é conveniado prevê o tratamento de determinadas doenças, não é justificável que imponha limitações ou, simplesmente, negue o fornecimento da medicação específica indicada e indispensável à cura, pois estes nada mais são do que os desdobramentos do eficaz tratamento da saúde do indivíduo.

Assim, numa análise perfunctória, O Ministério Público assiste razão quanto ao pedido de antecipação dos efeitos da tutela jurisdicional, máxime a não ocorrência de perigo de irreversibilidade da medida, posto que o sistema atuarial e financeiro destina-se às demandas de seus beneficiários, também.

Isso posto, suficientemente provado o alegado, **defiro o pedido de tutela de urgência, nos termos do art. 300 do CPC, para determinar a imediata liberação da medicação (ACLASTA) para tratamento da Sra. MARIA DE LOURDES DE OLIVEIRA e dos seus beneficiários, quando comprovado através de expressa indicação médica para o tratamento da Osteopose Severa**, sob pena de lhe ser arrogada multa diária, em caso de descumprimento, que fixo em R\$ 500,00 (quinhentos reais), a ser imposta após o prazo de 48 (quarenta e oito) horas, após a intimação deste *decisum*.

Face à urgência apresentada, proceda-se a intimação da promovida, por mandado de intimação, com URGÊNCIA.

CUMpra-se com urgência.

João Pessoa, 13 de março de 2017.

JOSÉ CÉLIO DE LACERDA SÁ

Juiz de Direito

1 *Código de Processo Civil anotado*. p. 128.



Assinado eletronicamente por: **JOSE CELIO DE LACERDA SA**
<http://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>
ID do documento: **6943224**



17031514121152800000006810099